

ECOSSOCIALISMO: PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ECO-SOCIALISM: SUSTAINABILITY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION PROSPECT

Michael Löwy¹

Frei Betto²

RESUMO: As análises aqui desenvolvidas partem do pressuposto que a dramática crise ecológica exige alternativas radicais, para além do capitalismo. Após analisar diferentes ângulos dos problemas ambientais em escala mundial, os autores apresentam os pressupostos e fundamentos do Ecosocialismo. Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação pautada na defesa ecológica do meio ambiente e da luta por uma sociedade socialista, inspirada nos valores de liberdade, igualdade e solidariedade. Em ruptura com a ideologia produtivista do progresso - em sua forma capitalista e/ou burocrática - e em oposição à expansão ilimitada de um modo de produção e de consumo insustentável e incompatível com a proteção da natureza, esta corrente representa uma tentativa original de articular as ideias fundamentais do socialismo - marxista e/ou libertário - com os avanços da crítica ecológica.

Palavras-chave: Sustentabilidade; neoliberalismo; ecosocialismo.

ECO-SOCIALISM: SUSTAINABILITY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION PROSPECT

ABSTRACT: The analysis developed here is based on the assumption that the dramatic ecological crisis requires radical alternatives beyond capitalism. After analyzing worldwide environmental problems from different angles, the authors present expectations and foundations of eco-socialism. This is a school of thought and action based on the defense of the ecological environment and struggle for a socialist society, inspired by the values of freedom, equality and solidarity. Breaking with the productivist ideology of progress - in its capitalist and/or bureaucratic form - and in opposition to unlimited expansion of production and an unsustainable consumption mode, and incompatible with conservation of nature, this current of thought represents an original attempt to articulate the fundamental ideas of socialism - Marxism and/or libertarian - with advances in ecological critique.

Keywords: Sustainability, neoliberalism, eco-socialism.

¹Sociólogo franco-brasileiro. Professor emérito da Université Paris VIII, diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* em Paris, França. Autor de várias obras traduzidas em 28 línguas, entre as quais "A guerra dos deuses. Religião e Política na América Latina" (Ed. Vozes).

² É escritor e assessor de movimentos sociais. Autor do livro [Batismo de Sangue](#) (Rocco), o qual foi premiado com o Jabuti de 1983, traduzido na [França](#) e na [Itália](#). Prêmio de intelectual do Ano, título dado pela União Brasileira de Escritores em 1986, por seu livro "Fidel e a Religião". Dentre as obras mais recentes, destaca-se, "Calendário do Poder" (Rocco).

L'ÉCOSOCIALISME: LES PERSPECTIVES DE DURABILITÉ ET D'ÉDUCATION ENVIRONNEMENTALE

RÉSUMÉ: L'analyse développée ici repose sur l'hypothèse que la dramatique crise écologique nécessite des alternatives radicales qui vont au-delà du capitalisme. Après avoir analysé sous différents angles des problèmes environnementaux à travers le monde, les auteurs présentent les hypothèses et les fondements de l'écosocialisme. Il s'agit d'une école de pensée et d'action basée sur la défense de l'environnement écologique et la lutte pour une société socialiste, inspirée par les valeurs de liberté, d'égalité et de solidarité. En rupture avec l'idéologie productiviste du progrès - dans sa forme capitaliste et / ou bureaucratique - et en opposition à l'expansion illimitée d'un mode de production et de consommation insupportable et incompatible avec la protection de la nature, ce courant représente une tentative originale d'articuler la idées fondamentales du socialisme - le marxisme et / ou libertaire - avec les progrès de la critique écologique.

Mots clés: Durabilité, Néolibéralisme, Ecosocialisme

In Memoriam: a eles, que deram a vida pela Amazônia e pelos Povos da Floresta: Chico Mendes e Dorothy Stang.

Gostaríamos de começar nossa intervenção com uma homenagem a duas figuras de alta qualidade humana, que deram suas vidas pela defesa da Amazônia e dos Povos da Floresta: Chico Mendes e Dorothy Stang. Eles são os mais conhecidos, a ponta visível do iceberg, de tantas outras vidas sacrificadas neste combate desigual no curso das últimas décadas. Inspirados cada um, à sua maneira, por sua fé religiosa, assumiram, até às últimas consequências, a causa dos oprimidos e dos explorados, que é, ao mesmo tempo, e inseparavelmente, a causa da natureza, da floresta, da vida.

Chico Mendes (ML)

Formado na cultura cristã libertadora das comunidades eclesiais de base, o jovem seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, nascido em 15 de dezembro de 1944, descobre o marxismo nos anos 1960, graças a um veterano comunista, Euclides Fernandes Távora. Em 1975, Chico funda, junto com Wilson Pinheiro, o sindicato dos trabalhadores rurais de Brasília e, pouco depois, em 1977, o sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, sua terra natal. É nesta época que ele vai inaugurar, com seus companheiros do sindicato, uma forma de luta não-violenta inédita no mundo: os famosos **empates**. São centenas de seringueiros, com suas mulheres e filhos, que se dão as mãos e enfrentam, sem armas, os *bulldozers* das grandes empresas interessadas no desmatamento, na derrubada das árvores. Algumas vezes os trabalhadores são derrotados, mas frequentemente conseguem parar, com suas mãos nuas, os tratores, os *bulldozers* e as motosserras dos destruidores da floresta, ganhando, às vezes, a adesão dos peões encarregados do desmatamento. Os inimigos dos seringueiros são os latifundiários, o agronegócio, as

empresas madeiras ou pecuárias, que querem derrubar as árvores para exportar a madeira e/ou para plantar mato no lugar da floresta, criando gado para a exportação. Um inimigo poderoso, que conta com seu braço político, a UDR; seu braço armado, os jagunços e pistoleiros mercenários; e inúmeras cumplicidades na Polícia, na Justiça e nos governos (local, estadual e federal). É a partir desta época que Chico Mendes começa a receber as primeiras ameaças de morte; pouco depois, em 1980, seu companheiro de lutas, Wilson Pinheiro, será assassinado.

É nestes anos que o combate dos seringueiros e outros trabalhadores que vivem da extração (castanha, babaçu, juta) para defender a floresta vai convergir com o das comunidades indígenas e grupos camponeses diversos, dando lugar a formação da Aliança dos Povos da Floresta. Pela primeira vez, seringueiros e indígenas, que tantas vezes se haviam enfrentado no passado, unem suas forças contra o inimigo comum. Chico Mendes definiu com as seguintes palavras as bases desta aliança: «Nunca mais um companheiro nosso vai derramar o sangue do outro ; juntos nós podemos proteger a natureza, que é o lugar onde nossa gente aprendeu a viver, a criar os filhos e a desenvolver suas capacidades, dentro de um pensamento harmonioso com a natureza, com o meio ambiente e com os seres que habitam aqui ».³

Chico Mendes era perfeitamente consciente da dimensão ecológica desta luta, que interessava não só aos povos da Amazônia, mas a toda a população mundial, que depende da floresta tropical (« o pulmão verde do planeta »).

Pragmático, homem de terreno e de ação, organizador e lutador, preocupado com questões práticas e concretas - alfabetização, formação de cooperativas, busca de alternativas econômicas viáveis - Chico era também um sonhador e um utopista, no sentido nobre e revolucionário da palavra. É impossível ler sem emoção o testamento socialista e internacionalista que ele deixou para as gerações futuras, publicado depois de sua morte numa brochura do sindicato de Xapuri e da CUT:

« Atenção jovem do futuro: 6 de setembro do ano de 2120, aniversário do primeiro centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista, e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui ficam somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem. Eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado ».⁴

Ele obtém, nesta época, duas vitórias importantes: a implantação das primeiras reservas extrativistas criadas no estado do Acre, e a desapropriação do Seringal Cachoeira, do latifundiário Darly Alves da Silva, em Xapuri. Para a oligarquia rural, que tem, há séculos, o hábito de « eliminar » - em total impunidade - aqueles que ousam organizar os trabalhadores para lutar contra o latifúndio, ele é um « cabra marcado para morrer ». Pouco depois, em dezembro de 1988, Chico Mendes é assassinado, em frente de sua casa, por pistoleiros a serviço dos Alves da Silva.

³ Discurso de Chico Mendes, citado por Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas, in *Chico Mendes*, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, Central Unica dos Trabalhadores, S.Paulo, Janeiro de 1989, p. 26.

⁴ *Chico Mendes*, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, Central Unica dos Trabalhadores, S.Paulo, Janeiro de 1989, p.34.

Por sua articulação entre socialismo e ecologia, reforma agrária e defesa da Amazônia, lutas camponesas e lutas indígenas, a sobrevivência de humildes populações locais e a proteção de um patrimônio da humanidade - a última grande floresta tropical ainda não destruída pelo « progresso » capitalista - o combate de Chico Mendes é um movimento exemplar, que continuará a inspirar novas lutas, não só no Brasil, mas em outros países e continentes.

Dorothy Stang (FB)

A 12 de fevereiro de 2005, a irmã Dorothy Stang, 73 anos, missionária da congregação de Notre Dame, foi assassinada com seis tiros à queima-roupa, em Anapu, Pará. Conheci-a em meados dos anos 70, quando preguei retiro espiritual no Maranhão, do qual ela participou.

A inserção de Dorothy no conflito fundiário na Amazônia teve início em 1982, quando o bispo Dom Erwin Krautler (também ameaçado de morte), da prelazia do Xingu, a indicou para trabalhar na pequena localidade de Anapu, cortada pela rodovia Transamazônica, na qual o fracasso dos projetos mirabolantes da ditadura militar deixaram um rastro de miséria e conflitos. «Ela queria dedicar a vida às famílias isoladas que estão na miséria. Daí eu indiquei a Transamazônica leste, o trecho entre Altamira e Marabá. E para lá ela foi », disse o bispo. Com área de 11.895 km² e cerca de 8 mil habitantes, Anapu é marcada por conflitos decorrentes de disputas de terras.

Desde os anos 80 intensificaram-se, naquela região, o desmatamento da floresta, sobretudo na área conhecida como Terra do Meio, agravando a disputa entre grileiros, madeiros, posseiros e pequenos agricultores. Inspirada em Chico Mendes, Dorothy empenhou-se na criação de reservas extrativistas. « Os moradores que estavam nesses lugares sempre eram retirados porque chegava alguém e dizia que já era dono daquela terra », conta Toinha (Antônia Melo), do Grupo de Trabalho Amazônico em Altamira (PA), amiga da religiosa assassinada. Dorothy lutava por projetos de desenvolvimento sustentável e pelo direito de os pequenos produtores terem acesso à posse da terra.

Em junho de 2004, em Brasília, Dorothy depôs na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência no Campo, quando denunciou a impunidade como fator de agravamento dos conflitos. Toinha considera Dorothy como « uma mulher comprometida com a justiça, com as causas sociais, com o meio ambiente e o desenvolvimento responsável ».

Dorothy nasceu a 7 de junho de 1931, em Dayton (Ohio), nos EUA. Veio para o Brasil em 1966. Em Coroatá (MA), trabalhou com as Comunidades Eclesiais de Base integradas por pequenos agricultores. Devido ao avanço do latifúndio, muitas famílias abandonaram suas terras e migraram para o Pará. Dorothy as acompanhou.

Seu apoio aos assentamentos baseados na agricultura familiar, voltados às atividades extrativistas de subsistência e reduzido impacto ambiental, provocou a ira de grileiros e latifundiários da região. Quando uma área de Anapu foi destinada ao projeto conhecido como PDS (Pólos de Desenvolvimento Sustentável), os grileiros a invadiram e ameaçaram as famílias, obrigando-as a se retirar.

O promotor do Ministério Público do Pará, Lauro Freitas Júnior, declarou não ter dúvidas de que o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e o pecuarista Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, fizeram um consórcio para financiar o assassinato da missionária Dorothy Stang. “É necessário ir além da morte. O que está por trás não é só o mandante, mas toda uma estrutura que não envolve só o estado do Pará, mas todo o Brasil”, disse dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As duas principais causas de crimes na zona rural, como o assassinato da irmã Dorothy Stang, são a tradicional impunidade dos latifundiários e a falta de regularização da posse da terra. Uma das grandes dívidas do governo Lula é a tão esperada e prometida reforma agrária!

Em maio de 2008, o fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, levado a júri pela segunda vez, foi absolvido. A sentença não é definitiva, permite recursos. No primeiro julgamento ele havia sido condenado a 30 anos de prisão. O pistoleiro Rayfran das Neves Sales, réu confesso, foi condenado a 28 anos de reclusão. Confirmou-se, mais uma vez, uma característica perversa do sistema judiciário brasileiro: neste país quem não é pobre goza de plena imunidade e impunidade.

Rayfran das Neves mudou seu depoimento 14 vezes! A demora em processar os responsáveis foi fundamental na construção da impunidade. O resultado do júri demonstra a importância de se federalizar casos emblemáticos de violação dos direitos humanos, como quer a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Assim, seria possível evitar que autoridades judiciárias e o júri fiquem vulneráveis às pressões locais. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou o pedido de federalização do caso Dorothy Stang.

O pecuarista Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, após um ano e três meses de prisão, beneficiado com *habeas corpus* concedido pela STF (Supremo Tribunal Federal) tratou de fugir. Felizmente foi preso no dia 29 de dezembro de 2008, quando tentava se apropriar ilegalmente de terras em Anapu.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, 819 pessoas, entre 1971 e 2007, morreram vítimas de conflito agrário no Pará. Desses crimes, apenas 92 resultaram em processos. Desses processos, 22 foram ao Tribunal do Júri: só seis mandantes foram condenados. Nenhum está preso.

1) A crise ecológica atual, crise de civilização

- A crise ecológica atual, a catástrofe que se avizinha: o aquecimento global (ML)

A crise ecológica planetária, que é uma crise de civilização, tem no fenômeno do aquecimento global sua expressão mais ameaçadora. Resultado da acumulação de gases a efeito de estufa (sobretudo o gás carbônico) emitidos pelos combustíveis fósseis (petróleo, carvão) na atmosfera, o processo de mudança climática é um desafio sem precedentes na história da humanidade. O que acontecerá se a temperatura do planeta subir mais do que 2 graus? Os riscos são conhecidos, graças ao trabalhos do GIEC, Grupo Intergovernamental de Estudo do Clima: subida do nível do mar, com perigo de inundação das cidades marítimas, desde Dacca em Bangladesh, até Belém do Pará, passando por Nova York. Desertificação das terras em uma escala gigantesca: o deserto do Saara poderia chegar até Roma.

Falta de água potável. Catástrofes « naturais » - furacões, inundações - em série. O que acontecerá se o gás metano, altamente explosivo, estocado nas profundezas dos oceanos, for liberado na atmosfera pela subida da temperatura dos mares? Poderíamos seguir com a lista. A partir de que temperatura - 4, 5 ou 6 graus - a Terra deixaria de ser habitável por nossa espécie? Infelizmente, não dispomos, no momento, de um planeta de recâmbio no Universo conhecido dos astrônomos... Existe um projeto secreto no Pentágono: caso nosso planeta se tornar inviável, uma nave especial levaria representantes da elite - banqueiros, políticos, militares - até o planeta Marte. Não estamos convidados a esta viagem...

O que é altamente preocupante é que este processo de mudança climática está se dando muito mais rapidamente do que previsto. A acumulação de gás carbônico, o aumento da temperatura, o derretimento dos gelos polares e das « neves eternas » das montanhas, as secas, as inundações: tudo se precipita, e os balanços dos cientistas, mal seca a tinta dos documentos, se revelam demasiado otimistas. Já não se fala do que acontecerá no fim do século, mas do que nos espera nos dez, vinte, trinta próximos anos.

Como se coloca a questão no Brasil, e em particular na Amazônia, o mais importante « poço de carbono » - capaz de absorver parte dos gases carbônicos emitidos - do planeta? A demissão de Marina Silva é um resumo dramático da situação do meio ambiente no país, depois de décadas de políticas neoliberais - no caso dos governos Collor e Fernando Henrique - ou social-liberais, como é o caso do atual governo Lula. Apesar das tentativas da Ministra do Meio Ambiente, e de alguns avanços parciais - delimitação de terras indígenas ou de áreas de preservação - no fundamental o que se observou foi uma continuidade do modelo econômico, favorecendo o agronegócio e as grandes multinacionais.

A expansão ilimitada da grande produção agrícola capitalista destinada à exportação - as famosas *commodities*: soja, gado, milho transgênico, celulose, açúcar, etanol, madeiras nobres - têm, como resultado, a devastação crescente da floresta brasileira em geral, e da Amazônia em particular. As cifras de desmatamento, em crescimento exponencial, ilustram dramaticamente este processo de destruição. A ONG ambientalista *Greenpeace* constata que 18% da floresta amazônica já foi destruída: quando chegarmos a 40% já será tarde demais.

Quem é responsável desta crise, do catastrófico processo de aquecimento global, desta ameaça planetária sem precedentes? É o ser humano, nos respondem os cientistas: não se trata de uma evolução « normal » do clima, mas do produto da atividade humana. A resposta - até hoje negada por « cientistas » mercenários, ligados à administração Bush ou às multinacionais do petróleo - é justa, mas um pouco curta: seres humanos vivem sobre a Terra há milênios, mas a concentração do gás carbônico só se tornou um perigo nas últimas décadas. Na verdade, a responsabilidade do processo cabe ao **sistema capitalista mundial**, um sistema intrinsecamente **insustentável**.

- As raízes da crise: uma civilização - a do capitalismo ocidental - baseada no consumismo, no fetichismo da mercadoria, na acumulação ilimitada do lucro, e na ostentação da riqueza pelas elites (FB)

Ao priorizar a acumulação do capital em detrimento dos direitos humanos e do equilíbrio ecológico, o capitalismo instaura, no planeta, uma brutal desigualdade social, além de promover a devastação ambiental. Hoje, 80% da produção industrial do mundo são absorvidos por apenas 20% da população, que vivem nos países ricos do hemisfério Norte. Os EUA, que abrigam apenas 5% da população mundial, consomem 30% dos recursos do planeta!

O padrão de consumo da sociedade capitalista é insustentável e tem um papel decisivo no processo de mudança climática. Uma boa parte deste consumo é reservada às práticas ostentatórias de uma pequena oligarquia. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a soma da renda das 500 pessoas mais ricas do mundo supera a de 416 milhões mais pobres. Um multimilionário ganha mais do que 1 milhão de pessoas!

De acordo com a revista *Forbes*, que se dedica a radiografar os donos do mundo, essa gente costuma pagar US\$ 160 mil por um casaco de pele russo; US\$ 3.480 por 12 camisas da loja londrina Turnbull & Asser; ou US\$ 241 mil numa única noite num cabaré de *strip-tease*, como fez Robert McCormick, presidente da Savvis, empresa que monitora os computadores da bolsa de Nova York. Pode-se também pagar pelo carro mais caro do mundo, o Bentley 728, US\$ 1,2 milhão.

Os muros dos campos de concentração da renda são altos demais para permitir a entrada da multidão de excluídos. Mas são demasiadamente frágeis para impedir o risco de implosão. Há que buscar uma alternativa ao atual modelo de civilização. E esta alternativa passa, necessariamente, por mudança de valores, e não apenas de mecanismos econômicos.

Se o mundo roda em torno da economia e a economia gira em torno do mercado, isso significa que este, revestido de caráter idolátrico, paira acima dos direitos das pessoas e dos recursos da Terra. Apresenta-se como um bem absoluto. Decide a vida e a morte da natureza e da humanidade. Assim, os fins – defesa da vida no nosso planeta, promoção da felicidade humana – ficam subordinados à acumulação privada das riquezas. Não importa que a riqueza de uns poucos signifique a pobreza de muitos. O paradigma do mercado são os cifrões de contas bancárias e não a dignidade das pessoas.

O princípio supremo da cidadania mundial é o direito de todos à vida e, como enfatiza Jesus, “vida em plenitude” (*João 10, 10*). Como tornar isso viável? Qualquer alternativa deverá fugir dos extremos que penalizaram parcela significativa da humanidade no século XX: o livre mercado e a planificação burocrática centralizada. Nem um nem outro subordina a economia aos direitos do cidadão. O mercado afunila oportunidades, concentrando a riqueza em mãos de poucos. A planificação burocrática, embora exercida em nome do povo, de fato o exclui das decisões. O mercado agrava o estado de injustiça. A planificação burocrática restringe o exercício da liberdade. Ambos são incompatíveis com o meio ambiente e conduzem ao dramático processo atual de aquecimento global.

Para superar estes impasses, urge que a lógica econômica abandone o paradigma da acumulação privada para recuperar o do bem comum e do respeito à natureza, de modo que a cidadania se sobreponha ao consumismo e os direitos sociais da maioria aos privilégios ostentatórios da minoria.

O Fórum Social Mundial é uma luz que se acende no fim do túnel, resgatando a esperança de tantos militantes da utopia, que lutam *contra* um sistema que imprime ao pão valor de troca, como mercadoria, e não valor de uso, como bem indispensável à nossa sobrevivência.

Repensar o socialismo supõe não identificá-lo com o regime derrubado pelo Muro de Berlim, assim como a história da Igreja não se resume à Inquisição. Se somos cristãos, é porque o Evangelho de Jesus encerra determinados valores, como a natureza sagrada de toda pessoa, que servem inclusive de juízo condenatório ao que representou a Inquisição.

Uma proposta alternativa de sociedade deve partir de práticas concretas, nas quais economia política e ecologia se coadunam. Uma das razões da brutal desigualdade social imperante no Brasil (75,4% da riqueza nacional em mãos de apenas 10% da população, segundo dado do Ipea, maio de 2008) é a esquizofrenia neoliberal que divorciou a economia da política, e a política do social e do ecológico. O caráter emancipatório do Fome Zero, proposto em 2003, foi substituído pelo caráter compensatório do Bolsa Família, a partir de 2004. Assim, as famílias que, num prazo de dois anos, deveriam sair da miséria por se tornarem capazes de produzir a própria renda, passaram à dependência da União, inclusive do ponto de vista eleitoral, e agora adquirem alimentos, remédios, eletrodomésticos... mas não o essencial: terra para cultivarem.

A consolidação da democracia e a defesa dos ecossistemas no nosso país e no mundo dependem, agora, da capacidade de se enfrentar a questão prioritária: erradicar as desigualdades sociais.

- **As «soluções mercantis»: a Bolsa de direitos de emissão (ML)**

Como a oligarquia dominante está enfrentando os problemas ecológicos e em particular a questão do aquecimento global? A resposta do maior poluidor e emissor de gás carbônico do planeta, os Estados Unidos sob a administração de George W. Bush, é de cruzar os braços: «business as usual», nenhuma medida obrigatória de redução, posto que «o *american way of life* não é negociável» (Bush dixit). O discurso consensual dos porta-vozes do sistema é o “desenvolvimento sustentável”, termo utilizado pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos governos do G-8. Infelizmente é uma fórmula sem conteúdo, aquilo que os escolásticos da Idade Média chamavam de *flatus vocis*, um palavreado vazio; se trata na realidade de uma mera concessão terminológica a uma opinião pública cada vez mais preocupada com a questão ecológica.

Os setores ecologicamente mais avançados do capital internacional, a elite dominante européia e japonesa, chegaram a um acordo para encarar o problema do efeito estufa: o chamado Protocolo de Kyoto - que os Estados Unidos recusaram assinar. O Protocolo busca, supostamente, reduzir o efeito estufa dentro de 20 ou 30 anos, com base num mecanismo absurdo, típico do capitalismo neoliberal, chamado "mercado dos direitos de emissão". Os países mais ricos seguem poluindo o mundo e emitindo gás carbônico, baseados na possibilidade de comprar dos países pobres os direitos de emissão que eles não utilizam. Transformam o direito de poluir em mercadoria que se compra na bolsa de valores! Deste modo, as nações industriais avançadas continuam emitindo os gases com efeito estufa desde que estejam

dispostas a pagar. Isso é o mais avançado que a elite capitalista conseguiu produzir. As metas de redução até 2010, já de si muito reduzidas - ínfimas do ponto de vista do que seria necessário segundo os cientistas do GIEC – não foram atingidas, confirmando assim que a tal « Bolsa de direitos de emissão » não tem nenhuma eficácia.

- **As pretensas soluções tecnológicas. Exemplo: o etanol (FB)**

Segundo o argumento oficial, os biocombustíveis seriam uma resposta ao problema do aquecimento global, substituindo a gasolina, grande responsável dos gases de efeito de estufa. Na verdade, considerando as emissões de gases que resultam da produção – fertilizantes, maquinário agrícola, usinas - e transporte dos biocombustíveis, a diferença com o petróleo não é muito grande. Se trata portanto de uma falsa solução, com dramáticas consequências sociais.

O prefixo grego *bio* significa vida; *necro*, morte. O combustível extraído de plantas traz vida? No meu tempo de escola primária, a história do Brasil se dividia em ciclos: pau-brasil, ouro, cana, café etc. A classificação não é de todo insensata. Agora estamos em pleno ciclo dos agrocombustíveis, incorretamente chamados de biocombustíveis.

Este novo ciclo provoca o acelerado aumento do preço dos alimentos. Estudo da OCDE e da FAO, indica que “os biocombustíveis terão forte impacto na agricultura entre 2007 e 2016.” Os preços agrícolas estão acima da média dos últimos dez anos. Os grãos já custam de 20 a 50% mais. No Brasil, a população pagou três vezes mais pelos alimentos no ano passado, se comparado a 2007.

Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de sociedade que prioriza o transporte individual - um dos grandes responsáveis pelo gases que produzem o aquecimento global - como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis.

Os preços dos alimentos sobem em ritmo acelerado na Europa, na China, na Índia e nos EUA. O etanol *made in USA*, produzido a partir do milho, fez dobrar o preço deste grão em um ano. Como hoje quem manda é o mercado, acontece nos EUA o que se reproduz no Brasil com a cana: os produtores de soja, algodão e outros bens agrícolas abandonam seus cultivos tradicionais pelo novo “ouro” agrícola: o milho lá, a cana aqui. Isso repercute nos preços da soja, do algodão e de toda a cadeia alimentar, considerando que os EUA são responsáveis por metade da exportação mundial de grãos.

A desnutrição ameaça, hoje, 52,4 milhões de latino-americanos e caribenhos, 10% da população do Continente. Com a expansão das áreas de cultivo voltadas à produção de etanol, corre-se o risco dele se transformar, de fato, em necrocombustível – predador de vidas humanas.

No Brasil, a expansão dos canaviais no Sudeste empurra a produção de soja Amazônia adentro, provocando o desmatamento de uma região que já perdeu, em área florestal, o equivalente ao território de

14 estados de Alagoas. Entre 1990 e 2006, a área de cultivo de soja na Amazônia se expandiu ao ritmo médio de 18% ao ano. O rebanho se multiplicou 11% ao ano.

Os satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) detectaram, entre agosto e dezembro de 2007, a derrubada de 3.235 km² de floresta. É importante salientar que os satélites não contabilizam queimadas, apenas o corte raso de árvores. Portanto, nem dá para pôr a culpa na prolongada estiagem do segundo semestre de 2007.

Como os satélites só captam cerca de 40% da área devastada, o próprio governo estima que 7.000 km² tenham sido desmatados. Mato Grosso é responsável por 53,7% do estrago; o Pará, por 17,8%; e Rondônia, por 16%. Do total de emissões de carbono do Brasil, 70% resultam de queimadas na Amazônia.

Até 2030, o Brasil corre o risco de perder 21% de sua cobertura florestal, segundo dados da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia. Se o ritmo atual de desmatamento prosseguir, desaparecerão do mapa 670 mil km² de floresta, área que comporta 22 Bêlgicas! Haverá perda inestimável da biodiversidade e aumentará o aquecimento global, com consequências dramáticas para toda a humanidade.

A produção de cana no Brasil é historicamente conhecida pela superexploração do trabalho, destruição do meio ambiente e apropriação indevida de recursos públicos. As usinas se caracterizam pela concentração de terras para o monocultivo voltado à exportação. Utilizam em geral mão-de-obra migrante - os bóias-frias -, sem direitos trabalhistas regulamentados. Os trabalhadores são (mal) remunerados pela quantidade de cana cortada, e não pelo número de horas trabalhadas. E ainda assim não têm controle sobre a pesagem do que produzem.

O entusiasmo pelo etanol faz com que usineiros alagoanos e paulistas disputem, palmo a palmo, cada pedaço de terra do Triângulo Mineiro. Em menos de quatro anos, 300 mil hectares de cana foram plantados em antigas áreas de pastagens e de agricultura.

O governo brasileiro, antes de transformar o país num imenso canavial e sonhar com a energia atômica, deveria priorizar fontes de energia alternativa abundantes no Brasil, como hidráulica, solar e eólica. E cuidar de alimentar os sofridos famintos, antes de enriquecer os “heroicos” usineiros.

2) Uma alternativa radical: o ecossocialismo

- O que é o ecossocialismo? (ML)

A dramática crise ecológica **exige alternativas radicais**, mais além do capitalismo. Esta é a ambição do **ecossocialismo**. Se trata de uma corrente de pensamento e de ação que se reclama ao mesmo tempo da defesa ecológica do meio ambiente e da luta por uma sociedade socialista, inspirada nos valores de liberdade, igualdade e solidariedade.

Em ruptura com a ideologia produtivista do progresso - em sua forma capitalista e/ou burocrática - e em oposição à expansão ilimitada de um modo de produção e de consumo insustentável e incompatível com a proteção da natureza, esta corrente representa uma tentativa original de articular as ideias

fundamentais do socialismo - marxista e/ou libertário – com os avanços da crítica ecológica.

A racionalidade estreita do mercado capitalista, com seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que toma em consideração a temporalidade longa dos ciclos naturais. Não se trata de opor os « maus » capitalistas ecocidas aos « bons » capitalistas verdes: é o próprio sistema, baseado na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido, que é destruidor do meio ambiente.

O socialismo não implica apenas a mudança das relações de produção: a própria estrutura das forças produtivas está contaminada pela lógica do capital. Marx insistia, partindo da experiência da Comuna de Paris, que os trabalhadores não podem se apoderar do aparelho de Estado (burguês) existente e colocá-lo a seu serviço: têm de quebrá-lo e construir uma outra forma, radicalmente democrática, de poder político. O mesmo vale, *mutatis mutandis*, para o aparelho produtivo: se trata de transformá-lo radicalmente e criar outros métodos de produção, que respeitem a saúde dos trabalhadores e o equilíbrio ecológico.

Por exemplo: as fontes de energia do sistema produtivo capitalista são nocivas e perigosas; o que é perigoso para o meio-ambiente, também o é para a humanidade: quer sejam as energias fósseis, responsáveis pelo aquecimento global, quer seja a energia atômica, que é uma falsa alternativa, pois o lixo nuclear é um problema gigantesco que ninguém consegue resolver: se trata de milhões de toneladas de material radioativo, altamente tóxico, cuja duração pode se estender por séculos ou até milênios. A transformação revolucionária das forças produtivas passa pela questão das novas fontes de energia, pelas chamadas energias renováveis. No lugar do petróleo poluidor e da energia nuclear devastadora, necessita-se buscar energias compatíveis com o equilíbrio ecológico, como o vento, a água e, sobretudo, a energia solar.

Outro desafio é transformar o padrão de consumo existente no capitalismo e, em particular, nos países industrializados, que é totalmente insustentável. Se o conjunto da humanidade vivesse segundo o modelo do consumismo estadunidense, seriam necessários cinco planetas para assegurar a produção... O tipo de consumo das sociedades capitalistas está baseado na acumulação obsessiva de bens, na aquisição compulsória de pseudo-novidades impostas pela « moda », no fetichismo da mercadoria das elites, enquanto a massa dos pobres não tem acesso ao mínimo indispensável. Uma nova sociedade orientará a produção para a satisfação das verdadeiras necessidades, a começar por aquelas que podem ser designadas como “bíblicas” - água, comida, roupa, moradia – mas incluindo também os serviços básicos: saneamento, saúde, educação, transporte, cultura. Como distinguir as necessidades autênticas das falsas e artificiais? Estas últimas são fabricadas pela manipulação mental, pela ideologia dominante, pelo fetichismo da mercadoria e, em particular, pela *publicidade*. Com o desaparecimento da publicidade as necessidades artificiais - Coca Cola, Pepsi Cola! - perderão, pouco a pouco, seu domínio, permitindo assim o surgimento paulatino de um padrão de consumo sustentável.

Do ponto de vista ecossocialista, uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo é necessária, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, na

qual a própria população - e não as «leis do mercado» ou um Birô Político autoritário - decide, democraticamente, as prioridades e os investimentos.

Esta transição conduziria, não só a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um *modo de vida alternativo*, uma *nova civilização*, ecossocialista, mais além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade, e da produção ao infinito de mercadorias inúteis.

- Ecossocialismo e espiritualidade: novos valores para uma nova civilização (FB)

As alternativas ao neoliberalismo e a construção do ecossocialismo engendram-se na prática social, através das lutas populares, dos movimentos sindicais, camponeses, indígenas, ambientais, das comunidades de base, das comunidades negras.

Encontrar alternativas é um trabalho coletivo. Elas não surgem da cabeça de intelectuais iluminados ou de gurus ideológicos. Daí a importância de se dar consistência organizativa a todos os setores da sociedade que esperam outra coisa diferente disso que se vê na realidade atual: desde agricultores que sonham em lavrar sua própria terra a jovens interessados na preservação do meio ambiente.

Sem utopias não há mobilizações motivadas pela esperança. Nem possibilidade de visualizar um mundo diferente, novo e melhor.

A esperança favorece a emergência de novas utopias, que devem ser traduzidas em projetos políticos e culturais que sinalizem a nova sociedade e, nela, o homem e a mulher novos. Isso implica o resgate dos valores éticos, do senso de justiça, das práticas de solidariedade e partilha, e do respeito à natureza. Em suma, trata-se de um desafio também de ordem espiritual, na linha do que apregoava o professor Milton Santos, de que devemos priorizar os “bens infinitos” e não os “bens finitos”.

Este projeto é o de uma sociedade ecossocialista, alternativa ao neoliberalismo: capaz de incorporar conceito e práticas *de* igualdade social e desenvolvimento sustentável, a partir das experiências dos movimentos sociais e ecológicos, assim como da Revolução Cubana, do levante zapatista do Chiapas, dos assentamentos do MST... Temos que incluir em nossa utopia, nosso projeto e nosso programa os paradigmas ora emergentes, como ecologia, indigenismo, ética comunitária, formação de subjetividades solidárias, feminismo, holística.

Este sonho, esta utopia, esta esperança que chamamos de ecossocialismo, não é senão a continuação das esperanças daqueles que lutaram pela defesa da vida, aqueles que, como Chico Mendes e Dorothy Stang, dois lutadores militantes deram sua vida pela causa dos pobres, dos explorados, dos indígenas, dos trabalhadores da terra e dos povos da floresta.

Destarte, os princípios que fundamentam a corrente de pensamento *ecossocialismo* poderão contribuir de forma substantiva para a agenda educacional, tendo em vista seu potencial para produzir novos olhares sobre o meio ambiente, a ética e o consumo, aspectos que, em maior ou menor escala são veiculados de forma transversal ao currículo escolar.